



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

O PAISAGISMO DOS ORIXÁS NO ESPAÇO EXTERIOR DOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ

CÉLINE VERÍSSIMO¹

MAURÍCIO DOS SANTOS²

Resumo: Para além de um espaço religioso, o terreiro de Candomblé sempre foi um espaço doméstico comunitário de resistência histórica contra a opressão externa colonizadora na luta pela libertação do Povo de Santo até os dias de hoje. Para resistir à marginalização, o espaço exterior do terreiro inclui, em ambas as suas dinâmicas doméstica e religiosa, um paisagismo comestível, ritualístico, sagrado e medicinal, um quotidiano doméstico e outro religioso, bem como a criação de renda familiar/comunitária. Este artigo debruça-se, por um lado, sobre o enquadramento histórico dos terreiros de Candomblé na região de tríplice fronteira – Brasil, Paraguai e Argentina, para o reconhecimento e a valorização desses espaços enquanto patrimônio arquitetônico e paisagístico afro-latino. Por outro, propõe um olhar crítico sobre as dinâmicas paisagísticas, sagradas, ritualísticas, de resistência e autonomia no espaço exterior dos terreiros de Candomblé. Esta análise recorre à teoria da ecologia política decolonial sobre a luta dos povos pelos direitos humanos, os direitos da natureza e a pluriculturalidade, para uma igualdade biocêntrica.

Palavras-chave: paisagismo dos orixás, espaço exterior do terreiro de candomblé, memória biocultural de matriz africana.

As perspectivas hegemônicas de Estado, capitalismo global e patriarcado da modernidade eurocêntrica, caracterizam o desenvolvimento como a naturalização da desigualdade. Deste modo, os povos marginalizados defendem seus recursos naturais para evitar a perda de um patrimônio irrecuperável e combater a continuidade histórica de opressão, epistemicídio, racismo ambiental e resistência espacial. As ações higienistas, antidemocráticas e ultra liberais da atual conjuntura política do País agravam a vulnerabilidade e riscos do Povo de Santo, na luta por uma sociedade igualitária, libertária e auto-gestionada.

CONTEXTO

Entre os séculos XVI e XIX a América Latina e o Caribe receberam aproximadamente cinco milhões de africanos através do mercado escravo, originários de diversas regiões que hoje correspondem aos países de Angola, Congo, Moçambique, Benin, Togo, Nigéria, Senegal, entre outros, dando lugar a três grandes matrizes culturais – Yoruba,

¹ Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: celine.verissimo@unila.edu.br

² Ilê Asé Oxu Ogum Funmilayo. E-mail: medianeira.mauricio@gmail.com



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Bantu e Ewe Fon (SEPPIR, 2013). Estas comunidades caracterizam-se por padrões civilizatórios de gênese africana que consistem na vida comunitária, ajuda mútua, reciprocidade e uma economia familiar de subsistência. Continuamente subjugados à violência do sistema escravagista e do racismo pós-abolição, que perdura até os dias de hoje, as comunidades afrodescendentes, cuja população atual é de aproximadamente 200 milhões no subcontinente, sendo metade no Brasil (IBGE, 2015), foram perpetuando geração após geração cosmovisões, conhecimentos e práticas ancestrais que fazem destes territórios e expressões arquitetônicas um importante patrimônio que continua invisibilizado e crescentemente ameaçado³. A opressão e resistência vivida do lado de cá do oceano, do mesmo modo que historicamente em África - primeiramente os estados feudais pré-coloniais, mais tarde o colonialismo europeu, a escravatura e atualmente, o racismo, a pressão dos grandes agentes econômicos internacionais e concessões de terras fundadas na matriz da modernidade-colonialidade eurocêntrica – continuam a explorar as pessoas e bens comuns como mercadoria, através de extrativismos, infra-estruturas, monocultivos intensivos e transgênicos, energia hidroelétrica e pressão imobiliária.

AS ORIGENS DUALÍSTICAS AFRICANAS: O CASO DE MOÇAMBIQUE

No Moçambique pré-colonial existiam principalmente dois sistemas sociais opostos: por um lado, as comunidades apátridas Bantu, que desenvolveram um sistema agro-social baseado nas relações de parentesco e na agricultura de subsistência e que viviam em assentamentos dispersos, e por outro lado o estado central feudalista Monomotapa do Grande Zimbábue⁴, que aumentou a produção agrícola, desenvolveu uma nova tecnologia mineira e expandiu o comércio através de uma rede de cidades muralhadas ligadas à cidade portuária de Sofala. Mais tarde, o colonialismo português introduziu uma economia imperialista através de relações não-sustentáveis de exploração intensiva de

³ Das poucas exceções encontram-se o Quilombo dos Palmares em Pernambuco no Brasil e San Basílio de Palenque em Bolívar na Colômbia. Ambos os casos demonstram a sua gênese de resistência contra opressão e subjugação: fugidos dos maus tratos e abusos da escravatura desenvolveram assentamentos dispersos no meio rural. Classificados pela UNESCO como patrimônio da humanidade em 2005, San Basilio de Palenque conta com 3.500 habitantes que conservam a língua (criollo palenquero : cruzamento entre espanhol, bantu e kikongo), medicina tradicional, dança, gastronomia, economia e educação, e provavelmente formas de construção das habitações.

⁴ Ex: O reinado Monomotapa do Grande Zimbábue (AD 200-1884).



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

recursos humanos e naturais com trabalho forçado (escravatura) e impostos (feudalismo). Isto resultou no aumento da disseminação de pessoas em assentamentos dispersos para escapar à opressão, por um lado, e deu origem a uma forma dualística de urbanização na busca de melhores condições de subsistência, por outro – a “cidade cimento” que é a parte central da cidade pós-colonial constituída por edifícios modernos de concreto, é rodeada por outra cidade, os “bairros de caniço” moçambicanos do passado, e onde agora vive a maioria da população urbana (Veríssimo, 2013).

A análise histórica mostra que as origens da urbanização em Moçambique estão fortemente ligadas a exigências de uma economia mercantil baseada na exportação de materiais, recursos e até de pessoas (escravos) para países estrangeiros (primeiro os árabes, persas, indianos e chineses, e mais tarde os portugueses), que remontam às sociedades pré-coloniais altamente hierarquizadas descendentes do Grande Reino do Zimbábue, o Monomotapa, e criaram história de segregação socioespacial. O governo colonial português, caracterizado pela utilização do trabalho forçado e por impostos, levou a população a espalhar-se e a voltar às aldeias familiares dispersas pelas regiões mais remotas (Newit, 1997). Esta dispersão e este isolamento da população moçambicana acontecem como meio de escapar à opressão colonial e encontrar segurança. A segregação espacial e o isolamento também aconteceram entre aldeias e zonas agrícolas extensas nas regiões rurais (Araújo, 1998), tanto durante a ocupação colonial como nas atuais concessões de terras aos agentes do mercado internacional. Entretanto, os homens moçambicanos, que representavam a principal força de trabalho, estavam estabelecidos em edifícios-dormitório em redor dos locais de trabalho (Casal, 1996; Araújo, 2002).

Mais tarde, de 1950 em diante, quando as cidades modernistas nas então colônias portuguesas cresceram, em resultado de um maior afluxo de colonos portugueses para legitimar o Império português de Salazar nas ‘Províncias do Ultramar’ face à crítica anti-colonial internacional do pós-guerra, os trabalhadores moçambicanos começam gradualmente a estabelecer-se com as suas famílias em assentamentos dispersos em redor das cidades. Como as mulheres não podiam trabalhar, prosseguiram o estilo de vida rural, cultivando hortas em quintais e qualquer espaço aberto disponível dentro e



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

em torno das cidades, para produzir alimentos e complementar os baixos salários dos homens, especialmente quando o excedente servia para ser comercializado (Guedes, 1976). Perante as crises de fome e a escassez permanente de alimentos, resultante de acontecimentos como desastres naturais e mudanças na política econômica, a tradição rural e o conhecimento ancestral dos processos naturais foram criativamente adaptados pelas famílias para responder aos desafios urbanos, dando origem aos fenômenos da agricultura urbana, dos mercados alimentares informais e dos negócios domésticos que providenciam comércio e serviços urbanos nas cidades de Moçambique (Costa, 2002). O dualismo das cidades moçambicanas é a encarnação espacial da luta entre as relações de classes geradas pelo capitalismo e o sistema social prevalecente, baseado nas relações de parentesco e na proximidade com a terra (Mabogunje, 1984).

Enfrentando a degradação da sua base de recursos naturais, problemas ambientais e desemprego, as famílias transformaram a utilização do espaço doméstico e reorganizaram estratégias de produção para assegurar o seu sustento - “as estratégias de subsistência são organizadas e desenvolvidas pelas famílias de maneira a permitir-lhes encarar a adversidade econômica sem perderem a coesão e identidade familiar” (Costa, 2002: 267). O espaço exterior que tradicionalmente inclui a casa e tem funções sociais e domésticas, a que chamei de ‘Espaço Exterior Doméstico’ (EED), torna-se estrategicamente ecológico e produtivo em termos de alimento, salário, sombra, ar fresco e puro e convívio social, não só para facilitar a adaptação em relação a problemas ambientais, degradação de recursos, mudanças climáticas e transformação de políticas econômicas, mas em particular para reproduzir as condições naturais necessárias que assegurem o sustento tradicionalmente ligado à natureza.

ESPAÇO EXTERIOR DOMÉSTICO: DO CONTEXTO AFRICANO AO LATINO-AMERICANO

Em pesquisas anteriores (Veríssimo, 2013), o termo “espaço exterior doméstico” (EED) foi criado para explicar o espaço multifacetado a que se refere a área externa ao redor da construção da casa que, no caso de estudo, em Moçambique, era onde as atividades diárias da família tinham lugar, envolvendo fortes funções sociais e produtivas,



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

bem como reprodutivas. Para compreender a razão do uso desta terminologia – EED no lugar dos coloniais “pátio/quintal” –, é necessário entender primeiro a noção de “casa-aldeia” e “lar” dentro do contexto cultural de Moçambique. Os termos “casa” e “aldeia” têm exatamente o mesmo significado em Moçambique. O *muti* pode ser descrito como um aglomerado doméstico ou aldeia, que aloja uma família extensa, com árvores plantadas e várias cabanas e geralmente rodeado por uma área cultivada. Enquanto as casas servem para dormir, armazenar e proteger da chuva, o EED, é o centro da vida doméstica e social. Seus limites são muito ambíguos, como o são as esferas privadas e públicas do espaço doméstico. O caráter de urbanidade doméstica inerente ao EED facilita não só a emergência de negócios domésticos, mas sobretudo a manutenção de redes sociais importantes. Mais importante é o conceito herdado de organização do espaço de acordo com funções e componentes, o significado coletivo de habitação, os materiais de construção e tecnologia e o modo como estes evoluíram para responder às novas condições ambientais, políticas, econômicas e sociais.

Definido aqui como a evolução do *muti* tradicional numa urbanização atual espontânea, o EED foi adaptado e melhorado para resistir à opressão e adversidade, numa revolta silenciosa para estabelecer uma segurança coletiva. Moldando as cidades moçambicanas, o EED é resiliente, pois tem condições para adaptar o espaço doméstico a novas (agro e não agro) funções produtivas como estratégia para garantir a subsistência (alimentação e rendimento) e produz um microclima no bairro confortável e limpo (sombra e ar fresco). Com base em princípios de diversidade e flexibilidade, culturas mistas intensivas são combinadas com gado, serviços e comércio no EED, adaptando a produção de alimentos domésticos às mudanças de clima e das reformas políticas e econômicas, lidando com recursos escassos e gerando também renda. Os limites imprecisos entre as relações de parentesco alargadas que ocorrem, para além do nível familiar no EED, ao nível da comunidade de bairro, alargam-se à cidade, antecipando o potencial do EED para a organização coletiva.

Como já visto, as populações socioambientalmente vulneráveis da América Latina e do Caribe também se apoiam em uma produção de subsistência nos espaços livres de edificação de suas moradias. Neste sentido, este projeto também se justifica a partir da



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

aplicação do conceito de EED aos espaços latino-americanos. Os EED dos ambientes periurbanos ou urbanos promovem implicações na distribuição de serviços ecossistêmicos e biodiversidade e são significativamente associadas não apenas à provisão mas também a regulação de importantes processos ambientais, como microclima, dinâmicas hidrológicas dos regimes de enchentes e inundações, controle de poluição e função educativa em relação às técnicas e conhecimentos sobre manejo de espécies. Em ampla escala, áreas onde há a predominância de hortas caseiras, quintais ou jardins, a taxa de permeabilidade do solo se eleva. O ordenamento da paisagem com base nos aspectos ecológicos, sobretudo em áreas urbanizadas, periféricas ou não, a conservação da natureza e o ordenamento do verde urbano possibilita um ambiente saudável e viável em longo prazo que repercute positivamente para toda a população, uma vez que aumenta a capacidade de troca de fluxo gênico entre as espécies, incluindo ecossistemas remanescentes, assim como potencializa o papel recreativo da paisagem, retirando-se o máximo proveito do que a vegetação pode fornecer para a melhoria da qualidade ambiental urbana e periurbana (Bolund e Hunhammar, 1999; Bucheri Filho e Nucci, 2006).

O processo de transformação deste espaço baseia-se na continuação e reinvenção de formas de subsistência familiar e não numa ruptura assumida com o seu passado cultural, e evolui através da tipologia tradicional da casa moçambicana e da noção coletiva de 'casa' – o muti . A vida decorre mais no exterior do que no interior das casas e revela uma fortíssima 'urbanidade doméstica' que é a base da atual organização comunitária descentralizada dos bairros desenvolvidos através do EED. De acordo com Costa, os aspectos multidimensionais da mudança urbana só podem ser entendidos considerando a produção do espaço doméstico, a que Costa chama 'espaço do lar', porque molda as cidades africanas através das suas práticas sociais e espaciais (Costa, 2011) da mesma forma como acreditamos aqui, molda os espaços de terreiros do Candomblé.

COMPREENDER A MARGINALIZAÇÃO ESPACIAL AFRO-RELIGIOSA

Historicamente, a população de Moçambique enfrentou a opressão e a segregação



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

socioespacial e reagiu de uma maneira que reforçou, ao invés de desmantelar, os seus valores tradicionais. Desde os tempos pré-coloniais, a estratégia da população para escapar à alteração ambiental e às perturbações da política externa foi reinventar a tradição, baseando-a nos princípios da resiliência, resistência e autossuficiência. A resistência espacial e a resiliência expressas através do desenvolvimento de povoações descentralizadas, envolvendo a apropriação da terra como espaço doméstico e a organização espontânea de EED e bairros, consistiam em estratégias para proteger a população de adversidades consecutivas. Na tentativa de desenhar uma ponte entre as evidências de Moçambique e as religiões Afro-Brasileiras, emergem as seguintes hipóteses de investigação: (a) da mesma forma que o povo moçambicano em cenários de crise e opressão externa adotaram uma estratégia de resistência espacial buscando refúgio em locais remotos no meio rural e em espaços suburbanos e periurbanos, não só para sobrevivência e liberdade, mas também para a preservação das suas formas de vivência coletiva, de religiosidade e cultura próxima da natureza com uma economia de subsistência, os afro-descendentes responderam espontaneamente da mesma forma – resistência espacial, com base no conhecimento ancestral partilhado; (b) existe uma relação inata entre a humanidade e a natureza que através da transferência geracional dos conhecimentos sobre a natureza com base nas práticas domésticas e religiosas de uma família/comunidade conduzem à autonomia, empoderamento e bem viver; e (c) como poderá um mapeamento de espaços de resistência ancestral desenvolvidas pelo Povo de Santo desafiar as prerrogativas de poder e recuperar direitos históricos à terra e à natureza? Assim, resultam vários conceitos chave: Espaço exterior doméstico; Paisagismo comestível, medicinal e ritualístico; Religiões afro-brasileiras; Racismo ambiental; Memória biocultural de matriz africana; Ecologia dos saberes dos terreiros; Resistência espacial.

Cruzámos resultados entre esta pesquisa e outras desenvolvidas anteriormente (Moassab 2011, 2014, 2015; Veríssimo 2012, 2014, 2015; Veríssimo e Moassab 2017; Veríssimo e Name, 2017) na identificação de pontos comuns que possam demonstrar, ou não as hipóteses de investigação. As religiões afro-brasileiras e os terreiros de candomblé entendido enquanto processos de resistência e libertação. As religiões afro-brasileiras são decorrentes da diáspora negra, suas versas são indissociáveis das



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

práticas africanas e do período de escravização no Brasil. Essas comunidades recompuseram criativamente muitas práticas culturais, perpetuaram memórias e referências africanas e afro-brasileiras. Entre as várias religiões afro-brasileiras, o Candomblé ocorre não só em todos os estados do Brasil, como também em outros países tais como a Argentina e o Paraguai, na região da tríplice fronteira com o Brasil, e este artigo resulta de um projeto de pesquisa que se deve à demanda dos/das próprios/as religiosos/as de candomblé em Foz do Iguaçu, que reforçaram a importância do reconhecimento científico sobre as plantas e seus importantes usos.

Os terreiros são como espaços rurbanos, isto é, ficam entre o rural por causa dos alimentos e da mata e entre o urbano devido à necessidade de compra de produtos no mercado, como algumas lideranças religiosas costumam dizer, são parecidos com os quilombos, porque são frutos da resistência epistemológica e física, historicamente decorrida pela colonialidade. Considerando que muitos/as sacerdotes/tizas dessas comunidades são mulheres, negras, pobres, e há presença proeminente de grupos de jovens e idosos/as LGBTQ+, os terreiros continuam até os dias de hoje - desde o século XVIII - sendo espaços de resistência e liberdade para corpos/pessoas subalternizadas. Em Moçambique há a noção de "casa-aldeia" (Veríssimo, 2012), e para o Povo de Santo, no contexto brasileiro, há também uma noção de "casa-aldeia" do ponto de vista doméstico coletivo, mas principalmente no que se refere ao culto das divindades chamadas de caboclos, que são espíritos afro-índios-brasileiros, que proclamam os terreiros. Os terreiros por sua vez são os espaços onde acontecem as cerimônias religiosas afro-brasileiras - como suas aldeias, em referência aos índios brasileiros. Os caboclos possuem assim uma forte relação com as plantas, mas outras divindades também, sobretudo Ossain que é a divindade da flora, Oxossi que é a divindade da fauna, e as Iyamim que são cultuadas em árvores, e algumas árvores-divindades, como é o caso de Iroko que é a divindade da Gameleira Branca, Danko que é o Bambuzal, Opaoka que é a Jaqueira, além de Jurema, Akoko, Obi e Orobo, que são árvores extremamente consagradas nas religiões afro-brasileiras.

Queremos assim salientar neste artigo, que os terreiros não se restringem aos espaços construídos e nem mesmo aos muros das comunidades, o espaço exterior é de extrema



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

importância porque ali vivem e convivem com elementos importantes para esses religiosos, sejam por exemplo plantas cultivadas nas próprias comunidades ou coletadas em matos próximos aos terreiros. Os usos dessas plantas são diversos e podem ser empregados das seguintes formas: como esteiras para dormir, como roupas, como ornamentos, como alimentos, como abrigos em construções, como elementos litúrgicos, como elemento fitoterápicos além certamente das divindades, há inclusive uma elocução afro-brasileira que diz "Kosi ewe, kosi orixá" que quer dizer "sem plantas, sem orixá", tratando sobre a importância das espécies vegetais e da (etno)botânica no Candomblé. Devido a essa importância dada e reivindicação dos/as religiosos/as sobre o espaço exterior, e assim a natureza, alinhadas a um ineditismo teórico e metodológico, considerando que são poucas pesquisas com essa temática, a metodologia associada ao termo "espaço exterior doméstico" (EED) (Veríssimo, 2013) - que foi criado para explicar o espaço multifacetado a que se refere a área externa ao redor da construção da casa, serve e se adequa ao contexto latino-americano, das religiões de matriz africana.

CANDOMBLÉ E ECOLOGIA POLÍTICA DECOLONIAL

Este artigo recorre à teoria para entender os estudos de caso e à realidade no terreno para demonstrar a teoria. Para isso, fundamenta-se numa abordagem epistemológica voltada à autonomia e à emancipação dos povos subalternos, num diálogo com autores que confrontam a modernidade eurocêntrica e que têm trabalhado na construção de uma epistemologia do Sul. Conseqüentemente, os principais autores a guiarem este projeto são, por um lado, a perspectiva crítica da modernidade Aníbal Quijano (2005), Enrique Dussel (1995) e Walter Dignolo (2005) e da dominação colonial de Frantz Fanon (2006) e de Achille Mbembe (2001). Neste enquadramento teórico, o enfoque ganha contornos na teoria da ecologia política decolonial, vital para entender terminologia como racismo ambiental, epistemicídio e a resistência nos espaços das religiões afro-brasileiras. Para tal, recorreremos a Arturo Escobar (2016; 2018), Boaventura de Sousa Santos (2005; 2006; 2007), Maristela Svampa (2000), Eduardo Gudynas (2014), Hector Alimonda (2002; 2016), Enrique Leff (2009; 2015), entre outros. Por outro lado, e para melhor entender a religião dos orixás e as dinâmicas nos terreiros de candomblé, debruçamo-



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

nos sobre os seguintes autores: Pierre Fatumbi Verger (1951), Roger Bastide (1945, 1961), René Ribeiro (1978), Nina Rodrigues (1935) [2006], Artur Ramos (1940), Agenor Miranda Rocha (1928)[1999], Reginaldo Prandi (2001), entre outros. O enquadramento teórico apoiado neste autores, busca demonstrar, junto com as evidências empíricas nos terreiros, como a evolução histórica da economia política na América Latina em geral e no Brasil em particular desde a colonização europeia até os dias de hoje, se caracteriza pela subalternização de povos. No âmbito desta pesquisa, o Povo de Santo e as suas tradições com a natureza, o espaço do terreiro de Candomblé é um dos casos em que a dialética da sociedade humana com a natureza se tem mantido, como um processo de resistência histórica apoiada pela religiosidade afro-brasileira, cujas práticas estão diretamente associadas aos elementos naturais.

OBJETIVOS

Integrado na linha de pesquisa Decolonizar paisagens, territórios e corpos da América Latina do Grupo de Pesquisa ¡DALE! - Decolonizar a América Latina e seus Espaços, e numa das linhas de pesquisa do Grupo de Pesquisa MALOCA: Políticas públicas, território, direitos humanos e sociais, este artigo tem como objetivo principal pesquisar o espaço exterior dos terreiros de candomblé na região da tríplice fronteira – Brasil, Paraguai e Argentina, nas dinâmicas paisagísticas, ritualísticas e de autonomia. Pesquisas anteriores demonstraram que o Espaço Exterior Doméstico, ao integrar agricultura e pequenos negócios familiares, contribui para a segurança e soberania alimentar e nutricional da família enquanto produz um microclima agradável podendo levar à regeneração ambiental em espaços de vulnerabilidade socioeconômica e socioambiental.

Trata-se de um processo de auto-organização e autonomia recorrendo à memória biocultural e etno-botânica, neste caso dos Terreiros de Candomblé enquanto práticas espaciais na religião afro-brasileira, como processo de resistência e de libertação da opressão externa hegemônica. Assim, este artigo assume como indispensável a discussão espacial dos direitos humanos relacionando o espaço exterior doméstico, o paisagismo e o Candomblé no combate à fome, ao racismo, à intolerância religiosa, e ao



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

machismo. O estudo da dimensão paisagística e ritualística no espaço exterior dos terreiros tem como horizonte (a) o direito à alimentação pela soberania e a segurança alimentar e nutricional; (b) o direito à liberdade religiosa; (c) o direito à saúde; (d) o direito à manutenção dos saberes tradicionais e por fim (e) o direito à integração do meio ambiente, compreendidos aqui como essenciais para a produção de um habitat humano justo, capaz de prover os recursos e as condições para a autonomia, a soberania e a regeneração socioambiental.

METODOLOGIA

Usamos uma abordagem metodológica predominantemente qualitativa usando métodos mistos - assente por um lado na pesquisa e revisão bibliográfica e por outro no mapeamento e análise de dados espaciais e visuais. A metodologia qualitativa de estudo de caso desta pesquisa apóia-se em visitas de campo, observação direta, etc., em três terreiros localizados na região da tríplice fronteira. Os dados primários foram obtidos através do cruzamento de dados secundários que se articula nas seguintes estratégias de pesquisa:

- 1) O levantamento de dados secundários, sua organização, sistematização e análise, delineam o estado da arte sobre a evolução histórica das comunidades dos terreiros de candomblé na região da tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai, buscando identificar em particular as suas expressões de distribuição geográfica, transformação espacial, e organização espacial dos terreiros com ênfase no espaço exterior;
- 2) Mapeamento de dados primários espaciais e análise de dados visuais são instrumentos essenciais para analisar quer o ambiente natural quer o ambiente construído – desde a análise geográfica de território para observar as mudanças nas características e uso do solo ao longo do tempo até a análise do espaço construído e não construído dos terreiros, permitem compreender os aspectos espaciais e físicos destes espaços e sua relação com o entorno. Estes dados espaciais consistiram em imagens aéreas e de satélite, vídeo, fotografias e desenhos.

Como um método qualitativo complementar, que geralmente está relacionado com a antropologia visual (Rubi 2000, Rosa 2001, Banks 2007), a análise visual e espacial tem



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

um forte potencial para fornecer uma compreensão de fenômenos sociais (Rosa, 2001). Dados visuais são auto-evidentes e revelam conhecimentos sociológicos e ambientais que podem não ser acessíveis por outros meios (Banks 2007). A utilização de dados visuais é uma abordagem metodológica complementar fundamental para analisar as relações sócio-espaciais, o comportamento humano no espaço e no ambiente, o espaço exterior e as formas de produção doméstica e coletiva assim como os espaços de convivência na comunidade nas suas dimensões doméstica, social e sagrada.

As perspectivas hegemônicas de Estado, capitalismo global e patriarcado da modernidade eurocêntrica, caracterizam o *desenvolvimento* como a naturalização da desigualdade. Deste modo, os povos marginalizados defendem seus recursos naturais e a sua cultura identitária para evitar a perda de um capital irrecuperável e combater a continuidade histórica de opressão, epistemicídio, racismo ambiental e resistência espacial do Povo de Santo na luta por uma sociedade igualitária. O Candomblé trata-se portanto, de intervenção epistemológica historicamente invisibilizada, pela norma epistemológica dominante. No espaço dos terreiros, e fora destes na natureza, os saberes que o Candomblé traz, resistiram com êxito. As reflexões que estas práticas têm vindo a produzir nesse processo histórico de opressão, resistência e autonomia, são contribuições epistemológicas determinantes para transições pluriversais. Relatando sobre o poder das plantas no Axé – seus usos sagrados, ritualísticos e medicinais, compartilhando alguns dos seus conhecimentos e práticas sobre o poder das folhas, Mãe Marina alerta sobre a atual relação conflituosa da sociedade entre si e com a natureza, lembrando que *sem as plantas, sem as folhas, não existe Candomblé e também não existe vida.*

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. e COLI, L.R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In ACSELRAD, H. (org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 13-43.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. e Walter fraga Filho. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALEMAYEHU, Getachen. **Settlement and Urbanization in Africa: the socio-spatial development from the tribal level of social organization to the emergence of the state**. London: MSc.Thesis, UCL, 1976.

ALMEIDA, A. e ACEVEDO, M. (org.). **Terra urbana e território na Pan-Amazônia**. Manaus: FUA, 2009.

ALMEIDA, A. et al (org.). **Caderno de debates Nova Cartografia Social da Amazônia: Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazonia/UEA, 2012.

ALMEIDA, A. Mapas com Vida Própria. In: **Revista de História**, 2009.

ALMEIDA, A. **Nova Cartografia Social da Amazônia: Quilombolas do Tambor**. Manaus: UFAM/UEA, 2007.

ALMEIDA, A.; FARIAS JUNIOR, E.. (org.) **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus: UEA Edições, 2013.

ALMEIDA, Jaime G. A organização espacial e ocupação territorial no Kalunga: a moradia como efetivadora. Brasília: **Revista Paranoá**, UNB, vol. 7, 2005.

AMIN, Samir. **Class and Nation, Historically and in the Current Crisis**. London, Heinemann and Ibadan Nairobi: Heinemann Educational Books, 1980.

ANDERSON, David e R. Rathbone. **Africa's Urban Past**. Oxford e Portsmouth: James Currey & Heinemann, 2000.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES REMANESCENTES DE QUILOMBO DA COMUNIDADE DO TAMBOR. **Quilombolas do Tambor, Parque Nacional do Jaú Novo Airão, Amazonas**. Manaus: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos, 2007.

BARRETO, D. **Arquitetura Popular do Brasil**. Bom Texto, 2010.

BRUSCHI, Sandro. **Campo e Cidades da África Antiga**. Maputo: Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane, 2001.

BRUSCHI, Sandro. The survival of Mozambican, pre-colonial architecture. In Carrilho, Julio et al., 2004, **Traditional informal settlements in Mozambique: from Lichinga to Maputo**. Maputo: Edições FAPF-UEM, 2001.

BRUSCHI, Sandro, J. Carrilho e L. Lage. **Era uma vez uma palhota... História da Casa Moçambicana**. Maputo: Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane, 2005.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

BUCHWEITZ S.; et al. **Revelando os Quilombos do Sul**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010.

CARRILHO, Julio, S. Bruschi, C. Menezes and L. Lage. **Traditional informal settlements in Mozambique: from Lichinga to Maputo**. Maputo: Edições FAPF-UEM, 2004.

CASSEMIRO, André. **Herança da arquitetura africana nos quilombos: estudo de caso Fazenda Picinhaba – Ubatuba, São Paulo**. Projeto de Pesquisa Iniciação Científica, Universidade São Judas Tadeu, Orientadora Prof. Cecília Machado, 2013.

CANTON, Ciro. **Das ‘velhas senzalas’ às ‘novas favelas’: a Missa dos Quilombos**. Fortaleza: XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. **Histoire des Villes d’Afrique noire dès origines à la colonisation**. Paris: Albim Michel, 1993.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. **The History of African Cities South of Sahara: from origins to colonization**. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2005.

CORREA, G. et. Al. “Território brasileiro: um ensaio sobre o branqueamento do território”. In: **XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Salvador, 2011.

COSGROVE, D.. **Mappings**. Londres: Reaktion Books, 1999.

CRAMPTON, J.W e KRYGIER, J. **An introduction to Critical Cartography**. ACME, v. 4, nº 1, 2006, p. 11-33.

DENYER, Susan. **African Traditional Architecture: an historical and geographical perspective**. London: Heinemann, 1978.

DIEGO, E.. **Contra el Mapa**. Madri: Siruela, 2008.

DOURADO, S. et al. (org). **Patrimônio cultural: identidades coletivas e reivindicações**. Manaus: UEA, 2013.

DUNCAN, Jennifer. **Causas de la vivienda inadecuada en America Latina e el Caribe**. Habitat para la Humanidad, 2003.

DU TOIT. **Musha: the shona concept of home**. Harare: Zimbabwe Environment & Design, Zimbabwe Publishing House and Institute of Architects of Zimbabwe, 1981.

ELLEH, Nnambi. **African Architecture: evolution and transformation**. New York: McGraw-Hill, 1997.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

- FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFSJ, 2006.
- FARIA, L. "Origens da Habitação Popular no Brasil" In: *Antropologia* (12), 1951. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- FARQUHASON, A. e WATERS, J (ed). **Uneven Geographies**. Londres: Nottingham Contemporary. Catálogo, 2010.
- FERRONHA, António Luís. **As Civilizações Africanas**. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1996.
- FIABANI, Adelmir. A historiografia e os remanescentes de quilombos: no Brasil e na América Latina. In: **II Congresso Sul-Americano de História**, Passo Fundo, 2005.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRANCISCHETTO, Gilsilene P. e J. S. Carone. A regularização do território quilombola de retiro: os desafios para o atingimento do mínimo existencial. **Revista Crítica do Direito**, v. 54, n. 3, 2011.
- FREYRE, Gilberto, **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global Editora, 2003.
- FREYRE, Gilberto, **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2003.
- FREUND, Bill. **The African City**. New York: New Approaches to African History Series, Cambridge University Press, 2007.
- GARLAKE, Peter. **Life at Great Zimbabwe**. Gweru: Mambo Press, 1984.
- GARLAKE, Peter. **Early art and architecture of Africa**. Oxford: Oxford History of Art, Oxford Paperbacks, 2002.
- GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Líliliana Cristina Bernardo. **Identidade e direitos dos quilombolas no Brasil: contemplando um horizonte de reconhecimento e redistribuição**. Coimbra: Oficina
- GOMES, M. (2004). "Velhos mapas, novas leituras: revisitando a história da cartografia". In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, nº 16, pp. 67 – 79. São Paulo: USP. CES, nº 268, Janeiro de 2007.
- GROAT, Linda and WANG, David. **Architectural Research Methods**. New York: John Wiley & Sons, 2002.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

GRUPO CLÓVIS MOURA. **Terra e Cidadania. Terras e Territórios Quilombolas - Relatório 2005-2008**. Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, 2008.

HARLEY, B. **Mapas, saber e poder**. Confins, v. 5, 2009.

HARMON, K. **The Map as Art**. Nova York: Princeton Architectural Press, 2004.

HENRIQUES, C. D. Monitorização da cidade Africana a partir de imagens de satélite: potencialidades e limites, UR Nº 5, **Cidades Africanas**, Cadernos da Faculdade de Arquitectura, UTL, Lisboa, Julho, p. 108-113, 2005.

HUNTAR, Oluwatoyin. **Traditional African Environments: the science, the history, the thought processes**. Lagos: Touche, 1992.

INGERSOLL, Richard e Spiro Kostof. **World Architecture: A Cross-Cultural History**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

INTECAB. **Nova Cartografia Social da Amazônia: Afro-religiosos na cidade de Belém**. s/l. s/d.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Quilombos das Américas: articulação de comunidades afrorurais – documento síntese**. Brasília: IPEA/SEPPIR, 2012.

LEATHERBARROW, David. **The roots of architectural invention: site, enclosure, materials**. New York: Cambridge University Press, 1993.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Lisboa: Etnográfica, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2001.

LIMA, F. et al. (org). **Bens móveis e imóveis inscrito no livro do tomo do instituto do patrimônio histórico e artístico nacional (1938-2009)**. Brasília: IPHAN, 2009.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004

MARQUES S.M.; SALLES J.; PORTO L. **Memória dos Povos do Campo no Paraná Centro-Sul**. Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, 2013.

MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande. História de Minas que se Desenvolve ao Povo**. Minas Gerais: Editora Santa Clara, 2008.

MBEMBE, A. **On the postcolony**. Berkeley: California University Press, 2001.

MBEMBE, A.. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. Salvador, CEAU/UFBA, 23 (1), 2001, p. 171-209.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

MENEZES, Carlos. Myth and cosmogony in the conception of the Mozambican settlement. In Carrilho et al., 2004, **Traditional informal settlements in Mozambique: from Lichinga to Maputo**. Maputo: FAPF-UEM, 2004.

MESQUITA, A. **Mapas Dissidentes: Proposições Sobre um Mundo em Crise (1960-2010)**. São Paulo: USP, 2014. TD.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 35-54.

MIGNOLO, Walter. La ideia de América Latina (la derecha, la izquierda y la opción decolonial). **Crítica y Emancipación**, v. 2, p. 251-276, 2009.

MOASSAB, A. **Brasil periferia(s)**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2011.

MOASSAB, A. O patrimônio arquitetônico no século XXI. In: **SURES**, n. 2. Foz do Iguaçu: UNILA, 2013a, p. 23-39.

MOASSAB, A. Housing Architecture in Cape Verde. In: TRUSSIANI, E. **Urban Planning, Architecture and Heritage in Cape Verde**. Roma: Orienta, 2013b, p. 91-130.

MOASSAB, Andreia. A destruição da memória: a inexistência de patrimônio edificado indígena e de origem Africana no Brasil. In: **III ENANPARQ**, São Paulo: Mackenzie, 2014a.

MOASSAB, Andreia e Leonardo Name. **Os Orixás em Terras de Mboi: mapeando os espaços e especializações afro-brasileiras em Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Projeto de Extensão, Universidade da Integração Latino-Americana, 2014b.

MOASSAB, Andreia e Tiago Bastos. **Cartografia do Devir no Quilombo de Apepu: Mapeamento de Transformações Socio-Espaciais na Arquitetura Afro-Brasileira**. Foz do Iguaçu: Projeto de Extensão 1ª edição/2ª edição 2016, Universidade da Integração Latino-Americana, 2015.

NMANDI, Elleh. **African Architecture, evolution and transformation**. New York: McGraw-Hill, 1996.

O'CONNOR, Anthony. **The African City**. London: Hutchinson University Library for Africa, 1983.

O'TOOLE, Paddy and P. Were. Observing places: using space and material culture in qualitative research. **Qualitative Research**, vol. 8, nº 5, p. 616-634, 1998.

OLIVER, Paul. **Shelter in Africa**. London: Barrie and Jenkins, 1976.

OLIVER, Paul. **Dwellings: the house across the World**. Oxford: Phaidon, 1987.

PEREIRA, Vanina M.T.B. **A herança da arquitetura africana nas comunidades quilombolas**. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, julho 2011.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

PINK, Sarah, Lászlo Kurti and Ana Isabel Afonso (Org.). **Working Images: Visual Research and Representation in Ethnography**. London and New York: Routledge, 2004.

PORTOCARRERO, J. A. **Tecnologia Indígena em Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2010.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

RESTREPO, E. e ROJAS, A (ed). **Conflicto e (in)visibilidad. Retos en los estudios de la gente negra en Colombia**. Editorial Universidad del Cauca, 2004.

RITA-FERREIRA, António. **African kingdoms and alien settlements in Central Mozambique: (c. 15th-17th cent.)**. Coimbra: Publicações do Centro de Estudos Africanos, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra, 1999.

RODRIGUES, F. Mapas: (re)cortes coloniais. In: **O Cabo dos Trabalhos**, nº 1, 40p. Coimbra: CES, 2006.

RUDOFISKY, Bernard. **Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture**, Academy Editions, 1964.

SANT'ANNA, M. Escravidão no Brasil: os terreiros de candomblé e a resistência cultural dos povos negros. In: **Oralidad**. Brasília: IPHAN, s/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>.

SANTOS, B. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, B. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**. O Negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte e São Paulo: Autêntica. Coleção Cultura Negra e Identidades, 2007.

SAUL, John S. African Peasants and Revolution. **Review of African Political Economy**, nº 1, p. 41-68, 1974.

SAULE, Nelson (Org.). **A situação dos direitos humanos das comunidades negras e tradicionais de Alcântara. O direito à terra e à moradia dos remanescentes de quilombos de Alcântara, MA – Brasil**. Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana. São Paulo: Instituto Polis, 2003.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

SEPPPIR. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana: 2013-2015**. Brasília: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2013.

SERAGELDIN, Ismail (Org.). **The Architecture of Empowerment: people, shelter and livable cities**. London: Academy Editions, 1997.

SHIRAISHI NETO, J. (Org.) **Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil**. Manaus: Edições UEA, 2007.

SINCLAIR, Paul J. **Space, time and social formation: a territorial approach to the archaeology and anthropology of Zimbabwe and Mozambique c 0 - 1700 AD**. Uppsala: Doctoral Thesis at Uppsala University, Societas Archaeologica Upsaliensis, 1987.

SINGHAL, A. and K. Devi. Visual Voices in Participatory Communication. **Communicator**, vol. XXXVIII, nº2, June-December, p. 1-15, 2003.

SUNFELD, Carlos Ari (Org.). **Comunidades quilombolas: direito à terra**. Brasília: Fundação Cultural Palmares/MInc/Abaré, 2002.

NAÇÕES UNIDAS. **Convenção da ONU sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial**. BR/1998/PI/H/2. 1966.

NAÇÕES UNIDAS. **Proclamação da Década Internacional de Povos Afrodescendentes**. Assembléia Geral, A/68/L.34. 19 de Dezembro de 2013.

NIANE, Djibil Tamsir. **África do século XII ao XVI**. Coleção História Geral da África da UNESCO, vol. IV, 2010.

VERÍSSIMO, Céline. Spatial Resilience of Outdoor Domestic in Mozambique. **Journal of Land Use, Mobility and Environment – TEMA**, v. 2, p. 131-146, august 2012.

VERÍSSIMO, Céline. A Importância do Espaço Domestico Exterior para um Modelo de Ecodesenvolvimento de Cidades Medias. O Caso do Dondo, Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 100, p. 177-212, maio 2013.

VERÍSSIMO, Céline. Mozambique's Rescaled Dualistic Urbanisation: Dealing with Historical Legacies of Imperialism and Resistance. In: Silva, Carlos N. (Org.). **Urban Planning in Lusophone African Countries**. Farnham: Ashgate, 2015. Cap. 14, p. 183-202.

VOGT, Carlos e Peter Fry. **Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WALSH, Catherine (org.). Pedagogias decoloniales. Práticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito: Serie Pensamiento Decolonial, **Alteridad. Revista de Educación**, v. 9, nº 1, 2014, p. 66-70.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

WEIMER, Ghunter. **Inter-Relações Arquitetônicas Brasil-África**. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, maio, 2008.

WEINER, G. **Arquitetura Popular Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

WALTON, James. **African Villages**. Pretoria: J.L. Van Schaik, 1956.

WOOD, D. **The Power of Maps**. Nova Iorque: Guilfor Press, 1992.